

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a CCVM apresentou um lucro de R\$ 95.026 mil, correspondente a R\$ 12,58 por ação, sendo que no semestre anterior apresentou lucro de R\$ 68.272 mil. Em 30 de junho de 2021 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 152,94, um aumento de 8,43% em relação ao período anterior. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por quatro membros, todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A. As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2021 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 24 de agosto de 2021. São Paulo, 24 de agosto de 2021. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Junho		Dezembro		Passivo	Nota	Junho		Dezembro	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Circulante		2.576.523	2.109.202			Circulante		1.426.533	1.052.928		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.456.513	992.023			Negociação e intermediação de valores	8	1.374.784	950.179		
Disponibilidades		617	897			Obrigações fiscais correntes	10a	35.665	78.127		
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.455.896	991.126			Outros passivos	9	16.084	24.652		
Instrumentos financeiros		28.195	642.797			Não circulante		12.025	11.477		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	616.039			Obrigações fiscais diferidas	10b	659	72		
Títulos e valores mobiliários	6	28.195	26.758			Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	12	2.568	2.915		
Negociação e intermediação de valores		8 1.089.546	472.766			Outros passivos	9	8.798	8.490		
Ativos fiscais correntes		306	477			Patrimônio líquido		14 1.154.890	1.065.114		
Outros ativos	9	1.963	1.139			Capital social		533.872	533.872		
Não circulante		16.925	20.347			Aumento de capital		195.878	-		
Realizável a longo prazo		12.473	15.648			Reservas de capital		2.186	2.186		
Ativos fiscais diferidos		10b 7.872	10.668			Reservas de lucros		367.679	529.056		
Outros ativos	9	4.601	4.980			Lucros acumulados		55.275	-		
Imobilizado		4.452	4.699								
Imóveis e outras imobilizações de uso	11	7.974	8.011								
(-) Depreciações acumuladas		(3.522)	(3.312)								
Total do ativo		2.593.448	2.129.549			Total do passivo e patrimônio líquido		2.593.448	2.129.549		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019	Nota	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
Aumento de capital	14	38.250	(38.250)	-	-	-	-	68.272	68.272
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	68.272	68.272
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação:									
Reserva legal		-	-	-	-	3.414	-	(3.414)	-
Em 31 de dezembro de 2020		533.872	-	561	1.625	57.288	341.720	64.858	999.924
Em 31 de junho de 2020		533.872	-	561	1.625	60.547	468.509	-	1.065.114
Aumento de capital	14	-	195.878	-	-	-	(166.128)	29.750	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 4,63 por ação)		-	-	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	95.026	95.026
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	95.026	95.026
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação:									
Reserva legal		-	-	-	-	4.751	-	(4.751)	-
Em 30 de junho de 2021		533.872	195.878	561	1.625	65.298	302.381	55.275	1.154.890

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são aborvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 24 de agosto de 2021.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.639/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jp.org.br/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - E apurado pelo regime de competência.
(b) Títulos e valores mobiliários - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Podem ser realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.
(d) Imobilizado - Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual e é realizada no segundo semestre.

(e) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. Para o período de julho até dezembro de 2021, a CSLL corrente será calculada à alíquota de 20%, conforme Lei nº 14.183. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2021: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 15% ou de 20% sobre ajustes temporários dependendo da expectativa do período de realização desses ajustes.

(h) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

(i) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

(j) Dividendo e juros sobre capital próprio - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.706, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim convalidem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Disponibilidades	617	897
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	1.455.896	507.390
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	483.736
Total	1.456.513	992.023

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São representadas por aplicações com prazo original de vencimento superior a 3 meses.

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	616.039
Total	-	616.039

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de mercado Junho de 2021	Valor de mercado Dezembro de 2020
Títulos para negociação				
Vinculados à prestação de garantias	28.219	(24)	28.195	26.758
LTN	10.888	(24)	10.864	9.652
Cotas de fundo de investimento	17.331	-	17.331	17.106
Total da carteira de TVM	28.219	(24)	28.195	26.758

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	Total
Vinculados à prestação de garantias	17.331	10.864	28.195
Total da carteira – junho de 2021	17.331	10.864	28.195
Total da carteira – dezembro de 2020	17.106	9.652	26.758

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Negociação e intermediação de valores

	Junho de 2021		Dezembro de 2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	-	1.206.093	-	219.231
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	1.089.546	1.246.616	472.766	727.043
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	8.075	-	3.905
Total	1.089.546	1.374.784	472.766	950.179

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondente às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores de clientes incluindo saldos a receber/pagar correspondente a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros de clientes. Parte dos saldos disponíveis de clientes é oriundo do custodiante global, JP Morgan Securities PLC, que é uma empresa coligada.

9. Outros ativos e outros passivos: Outros ativos estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 3.939 (dezembro de 2020 – R\$ 4.302), a trabalhistas no valor de R\$ 662 (dezembro de 2020 – R\$ 678), e a comissões e corretagens a receber no valor de R\$ 513 (dezembro de 2020 – R\$ 706). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 20.670 (dezembro de 2020 – R\$ 27.610) e para despesas administrativas no valor de R\$ 1.118 (dezembro de 2020 – R\$ 1.005).

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Obrigações fiscais correntes: Referem-se à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 26.727 (dezembro de 2020 – R\$ 74.134) e impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 8.938 (dezembro de 2020 – R\$ 3.993).

b. Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Diferenças temporárias	7.872	10.668
Contingências	907	324
Provisão de honorários advocatícios	403	384
Provisão para participação nos lucros	3.233	6.923
Unidade de ações restritas – RSU	3.258	3.003
Outros	71	34
Créditos tributários – ativo	7.872	10.668
Obrigações fiscais diferidas – passivo	659	72

No período foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 4.212 (dezembro de 2020 – R\$ 8.454), tendo sido realizado R\$ 7.008 (dezembro de 2020 – R\$ 5.680). Foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 589 (dezembro de 2020 – R\$ 3) e realizado no valor de R\$ 2. A provisão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 7.872 (dezembro de 2020 – R\$ 10.668) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
42%	11%	21%	11%	1%	2%	2%	3%	3%	4%

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. A Corretora considerou, prospectivamente, os critérios de compensação de ativos e passivos fiscais diferidos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do CMN, que entrou em vigor em janeiro de 2021. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 6.449 (dezembro de 2020 – R\$ 9.828). A Corretora reconhece créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2021 e 2020.

c. Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Junho de 2021	Junho de 2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL	134.592	114.401
Juros sobre capital próprio	(35.000)	-
Resultado ajustado	99.592	114.401
Encargo de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(39.837)	(45.761)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(7)	(6)
Outros	278	(362)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	271	(368)
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(39.566)	(46.129)

11. Imobilizado: Estão representados por edificações no valor de R\$ 2.904 (dezembro de 2020 – R\$ 2.904), terrenos no valor de R\$ 2.720 (dezembro de 2020 – R\$ 2.720) e outras imobilizações de uso no valor de R\$ 2.350 (dezembro de 2020 – R\$ 2.387).

12. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais e as variações no período estão assim apresentadas:

	Provisões	
	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Fiscais e previdenciárias	1.878	2.245
Trabalhistas	690	670
Total	2.568	2.915

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Total	
	Obrigações Legais	Trabalhistas	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	2.245	670	2.915	3.331
Despesas financeiras - juros	10	47	57	73
Constituições	-	-	-	377
Reversões	-	-	-	(465)</

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel Darahem de Souza Coelho
Daniel de Moraes e Silva Granja
Decio Ramos Porchat de Assis
Fabio Jorge Resegue
Flávia Rocha Lima de Almeida Prado

Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili
Luiz Fernando Tanus Gambale
Marcelo Silveira Barbosa
Patricia Sauma Giglio

DIRETOR-PRESIDENTE

Daniel Darahem de Souza Coelho

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra

forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6